

CURSO PRESENCIAL – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – DESAFIOS E OPORTUNIDADES

APRESENTAÇÃO:

Como resultado de um processo legislativo que perdurou mais de 25 anos no Congresso Nacional, o Presidente da República promulgou a Lei nº 14.133, de 1º/4/2021, novo marco legal das contratações públicas brasileiras, aplicável à Administração direta, autárquica e fundacional de todos os Entes da Federação, com impacto de aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto do País.

A Lei nº 14.133/2021 revogará, em 31/03/2023, a Lei nº 8.666, de 21/6/1996, a Lei nº 10.520, de 17/7/2002 (Lei do Pregão) e os arts. 1º ao 47-A da Lei nº 12.462, de 4/8/2011 (Regime Diferenciado de Contratação), trazendo enormes desafios e oportunidades aos agentes públicos que trabalham na área de licitações e contratos administrativos.

Nesse contexto, a partir de uma perspectiva comparada com a legislação anterior, o Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos vai abordar as principais inovações do novo diploma legal, desde os aspectos mais amplos que envolvem a governança das contratações públicas, até os aspectos mais específicos que vão permear todo o ciclo de cada contratação pública realizada.

O Curso terá 5 módulos, de 4 horas-aula cada, totalizando 20 horas-aula no total. Vai possibilitar ao participante, ao final do ciclo de estudos, conhecer e compreender os principais desafios e oportunidades da Lei nº 14.133/2021, instrumentalizando-o com os conhecimentos iniciais necessários para contribuir para implementação do novo marco legal em órgãos e entidades públicas.

Instrutor: Sandro Henrique Maciel Bernardes



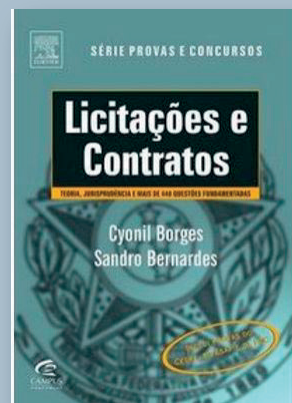
Sandro Henrique Maciel Bernardes

Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Direito. Pós Graduação: Auditoria Experiência profissional: - Ex-servidor da Controladoria

Geral da União (1996 a 2000); - Auditor do Tribunal de Contas da União desde 2001.; - Instrutor do Instituto Serzedêllo Corrêa-TCU, Ministério Público Federal, da Câmara dos Deputados, do Instituto Plácido Castelo (IPC), vinculado ao TCE-CE e da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, dentre outras instituições públicas, nas disciplinas de Direito Adminis-



trativo, em especial, Licitações e Contratos; - Professor das mesmas disciplinas em diversos cursos em várias capitais brasileiras (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, por exemplo); - integrante do Grupo Técnico de Trabalho do TCU que revisou o Projeto de Lei 1292/1995 para o fim de contribuir com a redação da norma, que culminou na Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021); e, - Foi também, um dos coordenadores do informativo de licitações e contratos do TCU.



Público-Alvo:

- Alta Administração da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;
- Servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos;
- Integrantes de Unidades de Assessoramento Jurídico e de Órgãos de Controle Interno e Externo.
- Servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos, inclusive de Empresas Estatais

Objetivos:

Como objetivo geral, os participantes compreenderão todas as inovações da Lei nº 14.133/2021, a começar pelos aspectos mais amplos relacionados à governança das contratações públicas, até chegar aos aspectos específicos aplicáveis ao ciclo de cada contratação pública realizada. Poderão, ao final, contribuir para implementação do novo marco legal no âmbito do seu órgão ou entidade pública.

Destacam-se, a seguir, os objetivos específicos a serem alcançados com a participação no Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos:

- Entender o novo olhar do legislador para as licitações e contratos administrativos, compreendendo a importância estratégica das contratações para a Administração Pública, sobretudo seus impactos nas políticas públicas;
- Dominar as diretrizes utilizadas pelo legislador na elaboração do novo marco legal das contratações públicas;
- Compreender a importância da governança das contratações públicas e o papel a ser desempenhado pela alta administração dos órgãos e entidades públicas;
- Entender a importância do planejamento das contratações, desde as variáveis estruturais subjacentes ao ambiente de contratações, até a fase preparatória de cada contratação específica, incluindo os instrumentos de planejamento incorporados ao novo marco legal;
- Conhecer os incentivos para a profissionalização da área de licitações e contratos, bem como dar maior segurança jurídica aos agentes públicos envolvidos em contratações públicas;
- Compreender o papel do Portal Nacional de Contratações Públicas e dos sítios eletrônicos oficiais no novo marco legal;
- Possibilitar a realização de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), sem riscos de eventuais responsabilizações posteriores;
- Compreender os instrumentos auxiliares previstos no novo marco legal, em especial o registro cadastral unificado e o sistema de registro de preços;

Objetivos:

- Entender as alterações das modalidades licitatórias, dos regimes de execução de obras e de outros aspectos importantes para a modelagem da licitação da forma que garanta resultados mais satisfatórios;
- Dominar as modificações relacionadas à fiscalização e gestão dos contratos administrativos, com vistas a garantir a satisfação das necessidades públicas que justificaram a contratação;
- Entender o novo modelo de controle das contratações incorporado ao novo marco legal, sobretudo seus reflexos nas rotinas dos agentes públicos com atribuições relacionadas às licitações e aos contratos administrativos.

Metodologia de Ensino

O curso adotará a Metodologia de Ensino Presencial e possibilitará o desenvolvimento teórico e prático relacionado ao novo marco legal de contratações públicas. O curso é organizado em módulos, que, além de permitirem a compatibilização do estudo com o trabalho, possibilitarão a compreensão de todos os desafios e oportunidades relacionados à Lei nº 14.133/2021, com abordagem toda voltada para a realidade de estados e municípios. Os participantes contarão com material didático específico, disponibilizando-se a legislação toda sistematizada. Serão estimulados os debates sobre as inovações legislativas do novo marco legal, comparando-as com a legislação anterior e correlacionando-as com os problemas práticos enfrentados no dia a dia das repartições brasileiras.

FORMATO

O Curso será feito de maneira presencial, obedecendo os protocolos de biossegurança contra o COVID 19. O material, a ser produzido pelo professor, será distribuído aos participantes via e-mail e/ou WhatsApp. Haverá lista de frequência e entrega de certificado para os alunos que obtiverem 80% de frequência.

Conteúdo Programático:

1º Módulo (Dia 01, 4 horas-aula, manhã): Noções Gerais do Novo Marco Legal

1. O Papel Estratégico das Contratações Públicas;
2. Alcance e aplicação da Lei nº 14.133/2021;
3. Período de Transição;
4. Princípios Reitores;
5. Objetivos Primários e Secundários (Como Ficaram as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte?);
6. Premissas Adotadas pelo Legislador;
7. O Papel da Governança e da Alta Administração;
8. A Profissionalização da Área de Licitações e Contratos;
9. O Planejamento na Lei nº 14.133/2021;
10. A Virtualização das Contratações Públicas – o Portal Nacional de Contratações Públicas;
11. A Promoção da Integridade no Ambiente de Contratações;
12. A Centralização de Compras ou Constituição de Consórcios.
- 13: Possíveis aplicações da NLLC à Empresas Estatais.

Conteúdo Programático:

2º Módulo (dia 01, 4 horas-aula, tarde): Planejamento das Contratações

1. Strategic Sourcing em Contratações Públicas?;
2. A Padronização das Contratações como Meio de Diminuição de Custos de Transação e Aumento da Eficiência (art. 19);
3. Documento de Formalização de Demandas;
4. A Importância do Plano Anual de Contratações;
5. Compatibilização com Leis Orçamentárias;
6. Quando contratar de forma direta, aderir à ata de registro de preços ou promover licitação?;
7. Modalidades Licitatórias: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo;
8. O Rito Procedimental Comum (Convergência entre o Pregão e a Concorrência);
9. A Importância da Fase Preparatória - Autuação do Processo Administrativo (Eletrônico!);
10. Elaboração do estudo técnico preliminar;
11. A Definição do Valor Estimado da Contratação;
12. Modelagem da Licitação (a importância dos modelos padronizados);
 - 12.1 Disposições Específicas sobre Compras (a prova de qualidade e a procedimento de padronização de objetos);
 - 12.2 Disposições Específicas sobre Serviços em Geral ;
 - 12.3 Disposições Específicas sobre Obras e Serviços de Engenharia (Possibilidade de Utilização do Pregão, Regimes de Execução de obras, Diferenças entre anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, Matriz de Riscos; Polêmicas sobre o Licenciamento Ambiental – o veto ao § 4º do art. 115);
13. As Garantias
14. O Parecer Jurídico como Meio de Controle da Legalidade do Processo Licitatório e de Segurança Jurídica para os Agentes Públicos. Hipóteses de Dispensa da Exigibilidade do Parecer.

3º Módulo (Dia 02, 4 horas-aula, manhã): A Fase Externa da Licitação

1. A Fase Externa;
2. Divulgação do Edital (o Portal Nacional de Contratações Públicas). A polêmica quanto à necessidade de publicação em diário oficial e em jornal de grande circulação – o Veto ao § 1º do art. 54;
3. Quem Não Pode Participar das Licitações?;
4. O Registro Cadastral Unificado
5. Critérios de Julgamento das Propostas;
 - 5.1 Possibilidade de Considerar Custos Indiretos, considerando todo o Ciclo de Vida do Objeto Licitado;
 - 5.2 Polêmicas sobre a Escolha do Critério de Julgamento por Técnica e Preço (o Veto ao § 2º do art. 37);
6. Apresentação das Propostas e Lances (Prazos, Modo de Disputa, Garantia da Proposta);
7. Do Julgamento (Hipóteses de Desclassificação, Aferição da Exequibilidade da Proposta, Necessidade de Reelaboração das Planilhas nos casos de Obras e Serviços de Engenharia, Possibilidade de Negociação);
8. Peculiaridades da Habilitação no Novo Marco Legal (Polêmica sobre a Necessidade de Vistoria Prévia - §§ 2º e 3º do art. 63; Possibilidade de Complementar Informações ou Atualizar Documentos em Sede de Diligências; Especificidades dos Consórcios);
9. Impugnações, Pedidos de Esclarecimentos e Recursos;
10. Homologação pela Autoridade Superior.

4º Módulo (dia 02, 4 horas-aula, tarde): Contratação Direta e Procedimentos Auxiliares

1. Procedimentalização da Contratação Direta;
2. Dispensa por Valor (Especificidades dos §§ 1º a 4º e 7º do art. 75)

Conteúdo Programático:

3. Outras Hipóteses de Dispensa (Alterações na Dispensa nos Casos de Emergência ou Calamidade Pública; Polêmica sobre o Inciso XV do art. 75)
4. Inexigibilidade de Licitação (Polêmica sobre a Singularidade do Objeto no Caso de Serviços Técnicos Especializados; Atenção para Exigências relacionadas à Contratação de Profissional do Setor Artístico)
5. O Credenciamento;
6. A Pré-Qualificação;
7. O Procedimento de Manifestação de Interesse (Convergências com o Diálogo Competitivo);
8. A Evolução do Sistema do Registro de Preços (Novidades sobre o Julgamento por Grupo de Itens e Exigências para Contratação de Item Específico; Possibilidade de Utilização para Obras e Serviços de Engenharia; SRP nas Hipóteses de Inexigibilidade e de Dispensa; Limites para fins de Adesão; Facilitação de Implementação de Políticas Públicas federais que envolvam).

5º Módulo (Dia 03, 4 horas-aula, manhã): Contratos Administrativos e Controle das Contratações

1. Convocação do Licitante (Hipóteses e Regras de Convocação de Licitantes Remanescentes);
3. Quando a celebração de Contrato Administrativo não é obrigatória?
3. Conceito de Contrato Administrativo e suas Cláusulas Obrigatórias;
4. Matriz de Riscos;
5. A Garantia da Execução Contratual (Regras Específicas de Obras e Serviços de Engenharia de Grande Vulto);
6. Polêmica sobre a Cessão de Direitos Relacionados às Contratações de Projetos e Serviços Técnicos Especializados (art. 93);
7. Divulgação do Contrato e dos Seus Aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas;
8. Prerrogativas da Administração;
9. Novidades Importantes acerca da Duração dos Contratos (hipóteses de Prorrogação Automática);
10. Cuidados Básicos na Fiscalização da Execução dos Contratos;
11. Possibilidades de Alteração dos Contratos;
12. Hipóteses de Extinção dos Contratos (Novas Disposições que Fortalecem Segurança Jurídica dos Contratados);
13. Recebimento do Objeto e Pagamentos da Execução Contratual (os Polêmicos Vetos dos §§ 2º e 3º do art. 115);
14. Novos Paradigmas sobre a Nulidade dos Contratos;
15. Os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias.
16. O Controle das Contratações (Incremento do Controle Social e Fortalecimento da Prevenção).

Duração do curso:

À definir.

Do espaço físico e infraestrutura:

À definir.

Obs.: O conteúdo programático poderá ser revisto em razão da apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional, bem como adaptado de acordo com o andamento das aulas e o interesse específico dos participantes.



Realização das Empresas RNV DE CASTRO - Produção, Concursos, Consultoria e Capacitação, e CURSOS

**Contato: Professor e Jornalista Raimundo CASTRO •
rvccastro@hotmail.com (91) 9.8201-4840 / 9.9926-6776.**